

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	DIREITO AMBIENTAL								
<b>DOCENTE</b>	RÔMULO SILVEIRA DA ROCHA SAMPAIO								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR022	<b>SEMESTRE</b>	2021.2	<b>PERÍODO</b>	4º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

EMENTA		O surgimento e a autonomia do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Competências constitucionais em matéria ambiental: legislativa, administrativa e jurisdicional. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico e Padrões de Qualidade Ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Responsabilidades Ambientais. Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Lei Florestal.	
OBJETIVOS		Revisar conceitos inerentes aos direitos e interesses difusos e coletivos de especial relevância para a compreensão da tutela do bem ambiental; Reforçar a autonomia científica e didática do Direito Ambiental; Apresentar os princípios informadores e norteadores do direito ambiental brasileiro; Identificar o Direito Ambiental na constituição e o sistema de competências administrativas e legislativas em matéria ambiental; Trabalhar conceitualmente o Sistema e Política Nacional do Meio Ambiente, bem como identificar seus principais instrumentos; Apresentar a noção de dano ambiental e a avaliação de impacto ambiental como instrumento preventivo da ocorrência do dano ambiental; Reconhecer as principais questões relativas ao sistema de licenciamento ambiental; Identificar os diferentes aspectos das responsabilidades administrativa, civil e criminal em matéria ambiental. Apresentar as principais noções sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Lei Florestal.	
METODOLOGIA		Adota-se a metodologia participativa na qual as aulas ministradas visam possibilitar a participação ativa dos alunos não somente na construção e apreensão de conceitos trabalhados ao longo do curso, mas também na aplicação destes conceitos às suas atividades práticas. A dinâmica em sala de aula inclui debate dos textos, análise e resolução de casos concretos e atividades em grupo.	
HABILIDADES	Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	x	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
			Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
			Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
			Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
		x	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
			Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
		x	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		x	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		x	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
			Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
			Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
			Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
			Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
			Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		x	Outras: Desenvolver a análise crítica dos alunos, bem como a capacidade de argumentação em relação a temas do Direito Ambiental.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
AULA		TEMA	
1		Panorama Geral do Direito Ambiental. Evolução histórica. Formação do direito internacional ambiental e o reflexo na formação do direito ambiental brasileiro. Autonomia científica e didática. Fontes do Direito Ambiental. Desafios e obstáculos da regulação ambiental.	
2		Princípios do direito ambiental. Direito à sadia qualidade de vida. Direito ao acesso equitativo aos recursos naturais. Usuário-pagador e poluidor-pagador. Prevenção e prevenção. Reparação. Informação e participação. Obrigatoriedade da intervenção do Poder Público.	
3		Direito Constitucional Ambiental. Noção de direito ao meio ambiente individualizado (subjetivo) e coletivo. Ação popular e ação civil pública. Deveres do Poder Público e Coletividade (paralelo com a <i>Public Trust Doctrine</i> ). Noção de patrimônio nacional. Demais tópicos específicos em matéria de proteção do meio ambiente na CF/88.	

4	Competências constitucionais em matéria ambiental. Competência ambiental administrativa e Poder de Polícia. Competência ambiental legislativa.
5	Sistema e Política Nacional do Meio Ambiente & Quadro institucional do SISNAMA. Competências dos órgãos integrantes do SISNAMA. Principais conceitos jurídicos, princípios e objetivos da PNMA. Panorama geral dos instrumentos da PNMA – art. 9º da Lei 6.938/81.
6	Sistema e Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico. Padrões de Qualidade Ambiental.
7	Dano Ambiental & Avaliação de Impacto Ambiental. Conceito e aspectos jurídicos do dano ambiental. Principais aspectos jurídicos da Avaliação de Impacto Ambiental. Tipos de Avaliação de Impacto Ambiental. Exigência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.
8	Sistema Nacional de Licenciamento Ambiental. Sistema trifásico de licenciamento ambiental (licença prévia, de instalação e de operação). Hipóteses de previsão do licenciamento ambiental. Competência para execução do licenciamento ambiental. As etapas do procedimento de licenciamento ambiental.
9	Responsabilidades ambientais. Responsabilidade administrativa. Responsabilidade civil. Responsabilidade criminal.
9	Tutela Jurídica das Florestas e Áreas Protegidas. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Áreas Protegidas pelo Código Florestal. Compensação florestal.
10	Tutela Jurídica das Florestas e Áreas Protegidas Áreas Protegidas pelo Código Florestal.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	O aluno será avaliado a partir de uma prova escrita, discursiva e individual, com consulta à legislação não comentada, na qual serão abordadas questões discutidas em sala de aula cuja nota poderá atingir o conceito 10.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020. MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	BIM, Eduardo Fortunato. Licenciamento Ambiental. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. MACHADO, Paulo Affonso leme; FENSTERSIEFER, Tiago; SCARLET, Ingo Wolfgang. Constituição e legislação ambiental comentadas. São Paulo: Saraiva. OSÓRIO, Fábio Media. Direito Administrativo Sancionador. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020. SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha. Direito Ambiental: Doutrina e Casos Práticos. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012. SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 9ª ed. São Paulo: Malheiros: São Paulo, 2011.